



Relatório e Contas 2014

11	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
17	Balanço consolidado em 31Dezembro2014
18	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
19	Demonstração Consolidada das alterações no capital social do período 2014
20	Demonstração Consolidada das alterações no capital social do período 2013
21	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 31Dezembro2014
25	Anexos ao Relatório
51	Relatório e Parecer do Fiscal Único
55	Certificação Legal das Contas Consolidadas
59	Certificações
65	Organigrama

A Seth - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, foi constituída em 1933 pela empresa dinamarquesa Højgaard & Schultz a/s, sendo hoje uma das principais empresas portuguesas de Obras Marítimas e uma referência internacional na Engenharia Costeira e Portuária.

Ao longo dos seus 82 anos de história a empresa tem realizado numerosos trabalhos de construção civil, industrial e obras públicas para a Administração Central e Autárquica, Institutos Autónomos, Forças Armadas Portuguesas, Forças Armadas dos EUA e para a NATO.

A Seth estabeleceu-se rapidamente como uma empresa de tecnologia avançada e, nos últimos anos executou inúmeros projectos que

constituíram inovações em Portugal e mesmo no Mundo. Destacamos de entre aqueles, os maiores Core-Loc do mundo (33 toneladas cada), o maior açude insuflável da Península Ibérica e o primeiro cais de acostagem em Portugal construído em cortinas de estacas-prancha ancoradas.

Esta é uma imagem da empresa de sempre, a inovação na busca de soluções para a execução dos projectos dos clientes.

A partir de 2004 esta forma de actuação serviu de base à internacionalização da empresa que se estende hoje à Argélia, Guiné-Conakry, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Gibraltar, entre outros.



O período findo em Dezembro de 2014 não confirmou as expectativas suportadas pelo facto de a empresa ter aquela que era a maior carteira de encomendas da sua história, antecipadas no início do período. Com efeito, o atraso significativo no início dos projetos adjudicados em 2013 referentes à execução de linhas de transmissão em Moçambique, tipo de trabalho que constitui a maior parte dos projetos em carteira, conduziu a uma atividade muito inferior ao antecipado, para a qual não foi possível encontrar substituição no ainda recessivo mercado português.

O ano de 2014 foi mais um ano de crise no Setor da Construção em Portugal tendo o mercado regredido 9,5% em relação a 2013, totalizando uma perda acumulada nos últimos 10 anos de 65%. No entanto, o facto da economia portuguesa ter tido um aumento no PIB de 1,0% permite

antecipar que a queda terá terminado, pelo que se espera um período de estagnação que o novo Quadro Comunitário de Apoio deverá inverter positivamente a partir de 2016.

Em virtude do exposto, a maior parte da atividade da empresa desenvolveu-se nos mercados externos, particularmente em Gibraltar e Moçambique.

Indicadores Económico-Financeiros

No final do período, o valor do Activo ascendeu a Euros 29.931.223 enquanto o Passivo totalizou Euros 24.873.195.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de Euros 5.058.028.

Em 2014, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram Euros 997.194, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados no período.

Antevisão 2015 e eventos após o fim do período

A confirmação da adjudicação da Opção 1 do contrato MixCredit em Moçambique para a EDM, no montante global de Euros 25,3 Milhões (50% Seth) bem como a assinatura do contrato de execução da terceira fase do cais de contentores de Kamsar, Guiné Conakry para a Guinea Alumina Corporation no montante de euros 12,5 Milhões, fazem com que se tenha atingido um novo recorde da carteira de encomendas, que ascende a Euros 67,7 Milhões a ser executada nos próximos três anos.

Uma vez que os constrangimentos à execução dos trabalhos em Moçambique estão ultrapassados e não existindo um agravamento das condições de saúde na Guiné, antecipamos para 2015 um forte aumento do volume de negócios para um montante de Euros 62 Milhões e um resultado positivo com um EBIT de 6%.

Relatório de Gestão

INTRODUÇÃO

O período findo em Dezembro de 2014 não confirmou as expectativas suportadas pelo facto de a empresa ter aquela que era a maior carteira de encomendas da sua história, antecipadas no início do período. Com efeito, o atraso significativo no início dos projetos adjudicados em 2013 referentes à execução de linhas de transmissão em Moçambique, tipo de trabalho que constitui a maior parte dos projetos em carteira, conduziu a uma atividade muito inferior ao antecipado, para a qual não foi possível encontrar substituição no ainda recessivo mercado português. As empreitadas em causa deveriam ter tido o seu início no primeiro trimestre do ano e apenas se iniciaram no último trimestre de 2014. Simultaneamente, um conjunto de outros projetos em negociação, em Angola e na Guiné, cujo contributo se previa ter ocorrido em 2014 acabaram por se concretizar apenas no final do ano e, como tal, sem qualquer impacto no período.

Tal circunstância conduz a que a carteira de encomendas da empresa no final de 2014 registe um novo máximo histórico, tendo ocorrido no último mês do ano um volume significativo de atividade que irá caracterizar o ano de 2015.

O ano de 2014 foi mais um ano de crise no Setor da Construção em Portugal tendo o mercado regredido 9,5% em relação a 2013, totalizando uma perda acumulada nos últimos 10 anos de 65%. No entanto, o facto da economia portuguesa ter tido um aumento no PIB de 1,0% permite antecipar que a queda terá terminado, pelo que se espera um período de estagnação que o novo Quadro Comunitário de Apoio deverá inverter positivamente a partir de 2016.

Em virtude do exposto, a maior parte da atividade da empresa desenvolveu-se nos mercados externos, particularmente em Gibraltar e Moçambique.

O ritmo muito lento de tomada de decisão por parte do cliente Electricidade de Moçambique afectou a execução e contribuição em 2014 do grande projecto (MixCredit) em carteira, financiado pelo Governo da Dinamarca que é a base da carteira de encomendas da empresa.

O mesmo se registou com os contratos respeitantes aos cinco lotes do projeto EDAP, para o mesmo cliente. A consignação apenas ocorreu em dois contratos e nos últimos meses do ano apesar de todos eles terem sido adjudicados no primeiro trimestre e de serem totalmente financiados por organismos internacionais tais como o Banco Europeu de Investimentos e o Banco Mundial. Não terá sido alheio a esta demora o facto de o país ter atravessado um período eleitoral conturbado com situações de quase guerra civil em áreas onde alguns dos referidos projetos terão execução. A conclusão pacífica do processo de eleições permite antecipar que tais constrangimentos não se prolongarão, prevendo-se um desenvolvimento normal da atividade em 2015.

Também o surto de Ébola registado nos países do golfo da Guiné inviabilizou a concretização de alguns trabalhos adjudicados na Guiné Conakry bem como o atraso na adjudicação da última fase do Terminal de Contentores de Kamsar, o que se espera ocorra no início de 2015.

Como resultado das situações descritas, o volume de negócios foi substancialmente inferior ao previsto, tendo sido impraticável substituir as encomendas não confirmadas por novas, em tempo passível de reverter a situação. O resultado operacional foi negativo, tendo o EBIT registado um valor de -1.132.444. O Resultado Líquido obtido foi negativo em 1.889.096. O volume de negócios, no montante de Euros 23.113.879, registou uma quebra de 2.26% face ao ano anterior.

ACTUAÇÃO NO MERCADO

Durante o ano, a empresa continuou a desenvolver a sua actividade e procurar novas oportunidades de acordo com os princípios base do seu plano de negócios que se concentra nas seguintes áreas e competências:

Infraestruturas Marítimas e Hidráulicas, Transmissão de Energia e Geotecnia.

As zonas geográficas do plano para além do mercado interno focalizam-se na África Austral e no Golfo da Guiné tendo como alvo clientes nos sectores de Oil & Gas, da Mineração, de concessionários portuários no caso de privados e das empresas de energia e administrações portuárias, no caso dos clientes públicos.

A empresa realizou em 2014 trabalhos em Portugal, Gibraltar, Cabo Verde, Angola, e Moçambique.

Das obras concluídas em 2014, salientamos a seguinte:

- Alargamento do Terraplino do Porto do Mindelo, S.Vicente - República de Cabo Verde

Das obras em execução que transitam para 2015 salientamos:

- Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid (MixCredit) - E.D.M. Moçambique;
- EDAP Grid Extension, Lotes 2, 4, 5, 7 e 8 - E.D.M. Moçambique;
- North Mole Pier Extension - Casais Gibraltar Ltd - Government of Gibraltar
- Cais de Combustíveis - Enacol - Cabo Verde

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

BRANCHES

Seth ARGÉLIA

Foi decidido pôr termo às operações neste mercado pelo que a sucursal se manterá apenas ativa para cumprimento de obrigações legais e recuperação de alguns créditos no âmbito dos Consórcios e Agrupamentos de que fez parte.

Seth MOÇAMBIQUE

A actividade em Moçambique foi bastante inferior ao esperado, em virtude dos atrasos resultantes do moroso processo de decisão por parte do cliente na libertação de áreas de trabalho dos projetos em curso e de consignação dos entretanto adjudicados. Os trabalhos de electrificação para a EDM, incluindo o contrato Mix Credit totalizam, neste momento, o valor de 111

milhões de Euros que garantirá a atividade nos próximos três anos. De salientar que todos estes trabalhos são financiados por agências de cooperação europeias ou bancos de desenvolvimento pelo que a segurança de pagamentos e a previsibilidade de fluxos de tesouraria atempadas são muito elevadas.

O ano de 2015 vai registar um fortíssimo nível de actividade uma vez que os constrangimentos sentidos durante 2014 estão agora ultrapassados.

Seth GUINÉ

No início de 2014, procedeu-se à dissolução da sucursal por ausência de actividade há mais de um ano. Ainda no final de 2014, eram esperadas a execução de um contrato entretanto adjudicado pela CBG e a negociação da última fase do Terminal de Contentores de Kamsar. No entanto, o surto de ébola e os reflexos daí decorrentes fizeram com que os trabalhos em causa venham apenas a ser realizados em 2015.

Esperamos pois voltar a constituir sucursal em 2015 para a execução dos contratos identificados.

Seth CABO VERDE

A associação que a Seth lidera deu por terminados os trabalhos da obra portuária de ampliação do terminal de contentores do porto do Mindelo, em S. Vicente.

Na sequência, a mesma associação viu serem-lhe adjudicados os trabalhos respeitantes a um novo cais de combustíveis para a empresa local, Enacol.

Os trabalhos decorrem como previsto devendo terem o seu término em Março de 2015.

Embora continuando a atividade comercial tendente a identificar novas oportunidades neste mercado não existe previsão de novas encomendas.

Seth GIBRALTAR

A sucursal foi constituída em 2014 na sequência de adjudicação de obra de execução de cais e terraplano adjacente, no território de Gibraltar, cujo cliente final é o Governo daquele território. A conclusão da empreitada está prevista para Maio de 2015.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, SA

Apesar da intensa atividade comercial desenvolvida durante o ano não se registaram novas encomendas pelo que a actividade no exercício foi reduzida.

No final do ano, no entanto, a empresa viu serem-lhe confirmadas as intenções de adjudicação de um Sealine em Cabinda para a AmalAngola/Sonangol e a construção de um Cais e Quebramar em Cabinda para o IMPA, sendo este último trabalho em consórcio com a MotaEngilAngola e a empresa chinesa CGGC. O montante global destes trabalhos deverão ascender a USD 40 Milhões a realizar nos próximos dois anos. Porém, os recentes acontecimentos registados na economia angolana, fruto da baixa abrupta dos preços do petróleo, poderão fazer com que o início dos projetos em causa seja atrasado.

O resultado em 2014 foi positivo e em linha com o antecipado.

SETHMOZ, SA

A empresa não desenvolveu atividade durante o

ano, tendo o mesmo sido consagrado à obtenção das necessárias autorizações de operação. Tendo as mesmas sido obtidas, no final do ano, a empresa deverá dar início à actividade no início de 2015.

A sociedade é controlada em 60% pela Seth sendo o restante capital de entidades moçambicanas.

MARINERTES, SA

A empresa colocou uma série de acções judiciais por forma a contestar os impedimentos que lhe foram colocados para a realização das obrigações decorrentes das licenças que lhe foram concedidas.

Não ocorreram desenvolvimentos significativos na situação descrita.

A Seth detém uma participação de 29% nesta empresa.

MAISTRÊS – UNIPESSOAL LDA

A actividade da sociedade consiste na exploração de apartamentos residenciais por si detidos. No ano de 2014, um dos três imóveis foi vendido. A Seth detém 100% do capital desta empresa.

AGRUPAMENTOS

CONSTRUSALAMONDE, ACE

Os trabalhos de execução direta da Seth foram fortemente afectados pelas condições meteorológicas pelo que os mesmos se prolongaram para o primeiro trimestre de 2015, ainda que de uma forma já residual.

Tal não teve impacto no planeamento geral do projecto. A Seth aguarda decisão sobre alguns pedidos de trabalhos não previstos, integrados numa reclamação mais vasta, em negociação no seio do ACE com o cliente. O resultado desta negociação poderá ter um impacto positivo na expectativa económica do trabalho.

A Seth tem uma participação de 7,5% no agrupamento.

GMP MEK ACE and GMP ACE

Em 2012, estes agrupamentos concluíram a sua actividade de execução de empreitadas na Argélia, pelo que se encontram em período de garantia. A participação da Seth é de 33,3% em ambos os agrupamentos.

SOMAGUE/SETH – CAIS DO JARDIM DO TABACO

1ª FASE, ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 1.ª Fase. A recepção definitiva da obra ocorreu em 7 de Março de 2014. No início de 2015, o ACE será dissolvido.

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2.ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011, pelo que se encontram em período de garantia. Durante o ano de 2014 foi alcançado um acordo sobre o montante de juros devidos pelo cliente, tendo os mesmos já sido pagos.

AARSLEFF – SETH JV I/S

Em 2013, foi constituída a Joint Venture com a construtora dinamarquesa Per Aarsleff a/s com o propósito único de execução do contrato Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid (MixCredit) para

o cliente Electricidade de Moçambique. A Joint Venture tem sede em Aabyhoej na Dinamarca e, ainda no mesmo ano, foi criada sucursal em Moçambique. A participação de cada empresa na Joint Venture é igual: 50%.

HIGIENE, SEGURANÇA E AMBIENTE

No âmbito do acompanhamento da certificação do Sistema de Gestão Integrado de Segurança e Ambiente (SGISA) pela Norma ISO 14001:2004 e pela Norma NP 4397-2008 (OHSAS 18001:2007) realizou-se a segunda auditoria de acompanhamento a este ciclo de certificação, nos dias 1, 3 e 4 de Julho de 2014.

A auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão Integrado de Segurança e Ambiente, foi a primeira que se realizou em simultâneo com o Sistema de Gestão da Qualidade. A auditoria foi realizada pela entidade APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

A auditoria focalizou-se na verificação da documentação da obra já encerrada da Ribeira das Naus, em Lisboa, visita ao Estaleiro Central e Sede da Seth. No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora e identificadas as não conformidades e as oportunidades de melhoria do recente SGISA.

Todas as constatações identificadas foram, mais uma vez, incluídas nos nossos objetivos do sistema. As conclusões da auditoria foram, mais uma vez, bastante positivas e em termos gerais, a equipa auditora considerou que o SGISA da Seth se encontra documentado e consolidado, dando resposta aos requisitos das normas de referência. Ambas as certificações são neste momento fundamentais para as obras internacionais, onde as mesmas são já exigidas, razão pela qual se concluiu o processo de Integração de Sistemas, de forma a tornar mais céleres as renovações dos referidos sistemas.

Durante o ano reforçaram-se as ações de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente, os respeitantes às proteções coletivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. As ações de formação tem abrangido os trabalhadores da SETH e também trabalhadores de subempreiteiros, aumentando assim a cultura de segurança nas nossas obras.

Este resultado evidencia que embora ainda haja oportunidades de melhoria, os Sistemas implementados adaptaram-se ao referencial normativo e que a nível global, a Seth, mais uma vez, revelou que atua em conformidade com o que se encontra definido nos Sistemas de Gestão de Segurança, Saúde no Trabalho e Ambiente, pelo que devemos congratular todos os colaboradores pelo seu empenho pessoal.

Índices de Sinistralidade de 2014

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2014 foram para o Índice de Frequência o valor 6,29 que, de acordo com as melhores práticas internacionais, o classifica como Muito Bom e para o Índice de Gravidade o valor de 0,06, o que o classifica, como Muito Bom, tendo ocorrido três acidentes de trabalho mas apenas um teve dias de ausência por baixa.

QUALIDADE E I&D

No mês de Julho de 2014 ocorreu a segunda auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade

segundo o referencial NP EN ISO 9001:2008, desta vez e como referido anteriormente, a auditoria realizou-se simultaneamente com o Sistema de Gestão Integrado de Segurança e Ambiente.

Esta auditoria constatou que os Sistemas de Gestão, certificados pela Apcer, têm vindo a ficar cada vez mais eficazes e vão sendo alterados para se tornarem mais adaptados à realidade da empresa.

Como pontos fortes observados na auditoria destacam-se: o empenho e a motivação da equipa de trabalho e das áreas envolvidas, a organização da documentação em obra, a motivação dos colaboradores contactados e o seu envolvimento na melhoria dos sistemas implementados e a disponibilidade e postura construtiva demonstrados por todos os colaboradores.

Considerou-se ainda que a Seth dispõe de competências adequadas para desencadear ações corretivas eficazes e assegurar as condições necessárias para atingir os seus objetivos em conformidade com a sua política, salientando-se ainda o esforço demonstrado pela empresa na busca de novas oportunidades através da sua internacionalização.

Mais uma vez e face à situação dos mercados, quer do mercado nacional quer do mercado internacional, durante 2014 verificou-se uma redução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) desenvolvidos pela empresa. No entanto, apesar deste constrangimento foi constituído um grupo interno para o estudo da aplicação dos modelos BIM na gestão e execução de obras, instrumento que, no futuro, se entende fundamental para a competitividade da empresa, de modo a apresentar sempre que possível soluções inovadoras para a execução dos seus projetos, respondendo às necessidades e requisitos de cada cliente.

A Seth mantém-se associada da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objeto promover a reflexão sobre o Setor e a implementação de iniciativas e projetos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

A partir de 2015 a empresa passará também a ser associado da FUNDEC - Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura, numa parceria entre a universidade e as empresas que potenciará a capacidade de I&D da empresa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social existente na Seth e implementada nas suas atividades rege-se por princípios morais e de ética profissional que salvaguardam o respeito, a integridade e a confiança. Nela, a Seth compromete-se ao cumprimento de diversos compromissos legais, sociais e morais para com os trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

A Seth assume-se como uma organização socialmente responsável, onde nas tomadas de decisão, valoriza e respeita a comunidade e o ambiente onde opera.

Na sua atividade tem demonstrado o respeito pelos direitos humanos, a preocupação pelas gerações futuras através da aposta no desenvolvimento sustentável, o investimento na valorização pessoal dos colaboradores, a proteção do ambiente, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da nossa sociedade.

Respeito pelo Ambiente

A Política Ambiental da empresa assume que a proteção e conservação do ambiente é uma preocupação, não só pela necessidade de dar resposta às exigências da legislação aplicável mas também por contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Como respeito pela preservação do meio ambiente, a Seth tem implementado no seu edifício sede várias medidas de ecoeficiência e devido à importância dada pela empresa à proteção ambiental, aliado ao facto de novas soluções surgirem constantemente no mercado, estão em análise novas medidas de poupança energética para implementar na sede e no estaleiro central, em Palmela.

São frequentes as ações de formação aos nossos colaboradores, onde estes são sensibilizados para a conservação do meio ambiente através de uma utilização eficaz e responsável dos recursos disponíveis.

Apoio à comunidade

Ao longo dos anos a Seth tem participado, com donativos de diversos níveis para projetos e instituições de carácter social que desenvolvem ações humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. O conjunto dessas iniciativas de apoio à comunidade, não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, mas sim o objetivo primordial de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar dessas comunidades.

De entre os apoios em patrocínios concedidos, destacamos:

APCA – Associação Portuguesa da Classe Access

A Seth apoia a associação desportiva APCA, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direção técnica do desporto de Vela, classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A Seth patrocina o projeto “Seth Sail”, que tem por objetivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

Em donativos efetuados em 2014, destacamos:

Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos

A Fundação Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos, através de estudos científicos, planeamento, promoção e avaliação de medidas preventivas e de outras ações dirigidas à defesa daqueles direitos.

INDICADORES ECONÓMICOS-FINANCEIROS

No final do período, o valor do Activo ascendeu a Euros 29.931.223 enquanto o Passivo totalizou Euros 24.873.195.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de Euros 5.058.028.

Em 2014, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram Euros 997.194, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados no período.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de Euros 1.889.096 seja levado a resultados transitados.

ANTEVISÃO 2015 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO

A confirmação da adjudicação da Opção 1 do contrato MixCredit em Moçambique para a EDM, no montante global de Euros 25,3 Milhões (50% Seth) bem como a assinatura do contrato de execução da terceira fase de cais de contentores de Kamsar, Guiné Conakry para a Guinea Alumina Corporation no montante de euros 12,5 Milhões, fazem com que se tenha atingido um novo recorde da carteira de encomendas, que ascende a Euros 67,7 Milhões a ser executada nos próximos três anos. Não estão incluídos neste montante os trabalhos alvo de intenção de adjudicação em Angola que, em virtude dos recentes acontecimentos na economia, não são de execução assegurada em 2015, embora tal não tenha sido até à data a indicação dos clientes que mantêm a intenção de que os mesmos se iniciem. Uma vez que os constrangimentos à execução dos trabalhos em Moçambique estão ultrapassados e não existindo um agravamento das condições de saúde na Guiné, antecipamos para 2015 um forte aumento do volume de negócios para um montante de Euros 62 Milhões e um resultado positivo com um EBIT de 6%.

No início de 2015, o capital da Seth detido por accionistas portugueses (40%) passou de titularidade para a sociedade Approachdetail – SGPS, SA. A referida transacção mereceu o acordo do accionista maioritário.

Queijas, 27 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Ricardo Gomes (Presidente)

Peter Kofoed

Jesper Nordby

Villy Petersen



Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5 799 850	6 016 771
Clientes com depósito de garantia	9	1 092 409	167 748
		6 892 259	6 184 519
Activo corrente			
Inventários	8	319 942	463 929
Clientes	9	7 765 142	6 494 018
Adiantamentos a fornecedores	10	2 582 326	91 185
Estado e outros entes públicos	11	889 214	943 892
Outras contas a receber	12	8 890 969	5 325 062
Diferimentos	13	126 781	350 487
Activos financeiros detidos para negociação	14	20 116	20 800
Activos detidos para venda	15	277 213	-
Caixa e depósitos bancários	4	2 167 261	2 609 968
		23 038 964	16 299 341
Total do activo		29 931 223	22 483 860
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	16	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	17	801 069	801 069
Outras reservas	18	197 542	117 648
Resultados transitados	19	1 915 082	2 535 897
Ajustamentos em activos financeiros	20	47 117	61 483
Outras variações no capital próprio	21	(13 686)	(37 742)
Resultado Líquido		(1 889 096)	(707 617)
Total Capital Próprio		5 058 028	6 770 738
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	22	29 910	43 865
Financiamentos obtidos	23	1 565 166	2 344 577
		1 595 076	2 388 442
Passivo corrente			
Fornecedores	25	7 282 315	6 452 442
Adiantamentos de clientes	26	6 524 303	523 562
Estado e outros entes públicos	11	735 390	632 509
Financiamentos obtidos	23	2 465 900	666 924
Outras contas a pagar	24	5 548 042	3 500 056
Diferimentos	13	722 169	1 549 187
		23 278 119	13 324 680
Total do passivo		24 873 195	15 713 122
Total do capital próprio e do passivo		29 931 223	22 483 860

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

(Ended December 31, 2014)

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		Dec 31, 2014	Dec 31, 2013
Vendas e serviços prestados	27	23 113 879	23 647 360
Subsídios à exploração	28	4 782	5 977
Trabalhos para a própria entidade	29	3 844	30 728
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30	(3 704 200)	(3 596 280)
Fornecimentos e serviços externos	31	(14 678 528)	(14 487 398)
Gastos com pessoal	32	(5 308 582)	(4 729 577)
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	9	(162 167)	212 953
Provisões (aumentos/reduções)	22	22 183	296 352
Aumentos / reduções de justo valor	14	(684)	-
Outros rendimentos e ganhos	33	1 472 421	1 432 990
Outros gastos e perdas	34	(898 206)	(1 073 959)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(135 250)	1 739 146
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(997 194)	(1 154 781)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 132 444)	584 365
Juros e rendimentos similares obtidos	35	116 260	164 483
Juros e gastos similares suportados	3	(418 150)	(1 165 927)
Resultado antes de impostos		(1 434 334)	(417 079)
Imposto sobre o rendimento do período	7	(454 762)	(290 538)
Resultado Líquido do período		(1 889 096)	(707 617)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico		(0,47)	(0,88)

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no Período 2014

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	117 648	2 535 897	61 482	-	(37 742)	(707 617)	6 770 739
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							79 894	86 801	(14 365)	24 056				176 386
	2		-	-	-	-	79 894	86 801	(14 365)	24 056			-	176 386
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(1 889 095)	(1 889 095)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												(1 889 095)	(1 889 095)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações								(707 617)					(707 617)	-
	5		-	-	-	-	-	(707 617)	-	-	-		(707 617)	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5		4 000 000	-	-	-	801 069	197 542	1 915 082	47 117	-	(13 686)	(1 889 096)	5 058 030

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no Período 2013

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	140 705	6 211 639	(166 796)	-	(190 005)	(3 530 926)	7 265 686
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(23 057)	(144 816)	228 278		152 263			212 669
	2		-	-	-	-	(23 057)	(144 816)	228 278		152 263		-	212 669
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(707 617)	(707 617)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												(707 617)	(707 617)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações								(3 530 926)					3 530 926	-
	5		-	-	-	-	-	(3 530 926)	-	-	-		3 530 926	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6=1+2+3+5		4 000 000	-	-	-	801 069	117 648	2 535 897	61 482	(37 742)	(707 617)		6 770 738

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

(PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2014)

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2014	Período 31 Dez 2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		24 871 705	20 001 253
Pagamentos a fornecedores		(19 700 500)	(13 590 780)
Pagamentos ao pessoal		(5 204 832)	(4 737 915)
Caixa gerada pelas operações		(33 627)	1 672 558
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(338 688)	(557 205)
Outros recebimentos/pagamentos		(817 940)	805 559
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1 190 255)	1 920 912
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(453 149)	(500 065)
Investimentos Financeiros		(13 000)	(10 621)
Recebimentos provenientes de::			
Activos fixos tangíveis		284 017	409 187
Investimentos Financeiros		200 000	-
Juros e rendimentos similares		5 031	5 459
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		22 898	(96 040)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 688 237	101 367
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(855 673)	(1 773 791)
Juros e gastos similares		(107 915)	(302 441)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		724 649	(1 974 865)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(442 707)	(149 993)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 609 968	2 759 961
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 167 261	2 609 968

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Anexos ao Relatório

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17-03-1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Hojgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 27 de Fevereiro de 2015, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias

MAISTRÊS – Desenvolvimento Imobiliário Sociedade Unipessoal, LDA.

Av. Tomás Ribeiro, 145 – 2790 – 467 QUEIJAS

Parte de capital detido pela SETH - 100%

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, n.º 5 – 6.º, apt 61, Kinaxixi – Luanda – ANGOLA

Parte de capital detido pela SETH – 60%

SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, SA.

Praça dos Trabalhadores, nº 50, 5º andar

Maputo - Mozambique

Parte de capital detido pela SETH – 60%

Empresas associadas

Marinertes, S.A.

Rotunda Engenheiro Edgar Cardoso, 23, 8.ªA,
4400-676 VILA NOVA DE GAIA

Parte de capital detido pela SETH - 29%

Empreendimentos Conjuntos

SOMAGUE/SETH

Cais do Jardim do Tabaco – 1ª Fase, ACE
Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó
2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 50%

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó
2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

GMP - GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

GMP MEK – GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS MERS EL KEBIR, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

AARSLEFF – SETH JV I/S

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj, DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH - 50%

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das

demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo e das suas empresas subsidiárias, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na

data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método

da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

c) **Locações**

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) **Participações financeiras**

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial

desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O goodwill relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método da equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, são relevadas por contrapartida de reservas.

O goodwill gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

e) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 23% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 24,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 7% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;

Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

g) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança

duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

h) **Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

i) **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de

dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dezembro 2014		Taxas em Dezembro 2013	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,23	-	1,3791	-
Libra Esterlina	GBP	0,79	-	0,8337	-
Kuanza	AKZ	125,11	127,05	134,5920	131,1568
Dinar Argelino	DZD	106,74	105,98	108,1034	106,1607
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,27	110,27	110,2650	110,2650
Franco Guineense	GNF	-	-	9.570,95	9.410,95
Metical de Moçambique	MZN	38,28	40,38	41,24	39,67

k) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

l) **Provisões para contratos onerosos**

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

m) **Activos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

n) **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

o) **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respectivamente com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto.

O desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado

de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

p) **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

q) **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 27 de Fevereiro de 2015, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 39.

r) **Instrumentos financeiros**

A Empresa reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou

juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

s) **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

t) **Contabilidade de cobertura**

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação. Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;

Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma

exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Empresa executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a existência

de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- Uso esperado do activo;
- Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa. Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de obras totalizava cerca de Euro 67.7 milhões a executar em três anos.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Caixa		
Caixa Sede	1.156	3.180
Caixa Obras	9.503	9.400
Caixa Sucursais	18.891	24.533
Caixa ACEs / Subsidiárias	2.444	2.765
	31.994	39.878
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	159.674	998.577
Bancos Sucursais	425.695	314.363
Bancos ACEs / subsidiárias	1.349.898	1.006.650
	1.935.267	2.319.590
Outros depósitos bancários		
Bancos Sede	200.000	200.000
Bancos ACEs	-	50.500
	200.000	250.500
Total:	2.167.261	2.609.968

5 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1.074.621	1.172.795
Edifícios e outras construções	3.404.797	3.964.372
Equipamento básico	11.695.113	11.996.244
Equipamento de transporte	2.177.929	1.634.350
Equipamento administrativo	1.474.106	1.319.717
Outros activos fixos tangíveis	53.900	53.147
Investimentos em Curso	-	20.610
	19.880.466	20.161.235
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	997,194	(1.154.781)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	13.083.422	(12.989.683)
	14.080.616	(14.144.464)
Valor líquido contabilístico:	5.799.850	6.016.771

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2014 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	1,172,795	-	-	(98,174)	-	1,074,621
Edifícios e outras construções	3,964,372	7,085	-	(566,660)	-	3,404,797
Equipamento básico	11,996,244	277,366	(609,993)	20,610	10,886	11,695,113
Equipamento de transporte	1,634,350	513,718	(63,767)	-	93,628	2,177,929
Equipamento administrativo	1,319,717	150,153	(540)	-	4,775	1,474,105
Outros activos fixos tangíveis	53,147	378	-	-	376	53,901
Investimentos em Curso	20,610	-	-	(20,610)	-	-
	20,161,235	948,700	(674,300)	(664,834)	109,665	19,880,466
Depreciação acumulada e imparidade						
Edifícios e outras construções	(1,475,137)	(133,622)	-	387,621	-	(1.221.138)
Equipamento básico	(10,113,825)	(511,316)	608,867	-	-	(10.016.274)
Equipamento de transporte	(1,270,438)	(304,685)	64,015	-	-	(1.511.108)
Equipamento administrativo	(1,244,396)	(44,899)	540	-	-	(1.288.755)
Outros activos fixos tangíveis	(40,668)	(2,672)	-	-	-	(43.340)
	(14,144,464)	(997,194)	673,422	387,621	-	(14.080.616)
Valor líquido contabilístico:	6,016,771					5,799,850

As principais adições do período de 2014 referem-se à aquisição de máquinas e equipamento de transporte.

As principais alienações do período de 2014 dizem respeito à venda de duas máquinas.

As transferências dizem essencialmente respeito à transferência de um imóvel e respectivo terreno para Activos não correntes detidos para venda (ver nota 15).

À data de 31 de Dezembro de 2014, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	1 030 558	-	1 030 558	1 030 558	-	1 030 558
Edifícios e outras construções	2.718.549	(659.095)	2.059.454	2.718.549	(541.145)	2.177.404
Equipamento básico	145.009	(19.921)	125.088	106.000	(2.523)	103.477
Equipamento de transporte	112.993	(93.337)	19.656	112.993	(65.088)	47.905
Total:	4.007.109	(772.353)	3.234.756	3.968.100	(608.756)	3.359.344

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	302.663	12.108	314.771	310.674	16.751	327.425
Entre um e cinco anos	965.166	40.647	1.005.813	1.139.572	30.204	1.169.776
Mais de cinco anos	-	-	-	130.005	316	130.321
Total:	1.267.829	52.755	1.320.584	1.580.251	47.271	1.627.522

6 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Marinertes, SA	612.649	(612.649)	-	612.649	(612.649)	-
Total:	612.649	(612.649)	-	612.649	(612.649)	-

A Empresa aplica o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.

O movimento da participação financeira é analisado como segue:

A informação financeira resumida referente às associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos apresenta-se como segue:

Nome da empresa	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Marinertes, SA	29,00%	31-12-2014	11,960	(435,645)	423,685	-	(28,374)

7 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Imposto corrente	454,762	290.538
Origem e reversão de diferenças temporárias	-	-
	454,762	290.538

O detalhe dos créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

(valores em euros)

Data limite de reporte	31-12-2014	31-12-2013
2017	37,742	37,747
2018	90,625	51,181
	128,367	88,928

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014		31-12-2013	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais				
2011	1,008,403	231,933	1,008,403	231,933
2012	3,288,129	756,270	3,288,129	756,270
2013	1,436,085	330,300	1,436,085	330,300
2014	1,894,311	435,691	-	-
	7.626.928	1,754,194	5,732,617	1,318,503

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Resultados antes de impostos	(1,448,567)	(466,025)
Taxa nominal de imposto	24.5%	26.5%
Imposto esperado	(354,899)	(123,497)
Diferenças entre resultado contabilístico e fiscal		
Diferências temporárias	(241,559)	(241,559)
Método de equivalência patrimonial	(147,015)	369,578
Imparidades do período não aceites	46,807	32,491
Provisões não dedutíveis	2,672	31,890
Prejuízo fiscal imputado por ACE	(71,662)	(213,235)
Imparidades tributadas	(145)	(244,843)
Provisões tributadas	(8,228)	(291,697)
Outras	(26,614)	(78,144)
Lucro tributável/ (Prejuízo fiscal)	(1,894,311)	(1,101,544)
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	-
Imposto calculado	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	152,097	142,337
Diferenças de taxa de imposto - Sucursais	288,432	99,255
Imposto sobre o rendimento do exercício - a pagar/ (a receber)	440,529	241,592
Imposto corrente - gasto/ (rendimento)	440,529	241,592
Imposto diferido do período - gasto/ (rendimento)	-	-
	440,529	241,592
Taxa efectiva de imposto	30.4%	51,8%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

8 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	319.942	463.929
Valor líquido contabilístico:	319.942	463.929

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euro 3.704.200 (2013: Euro 3.596.280), conforme nota 31.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	4.131.883	6.581.974
Empresas subsidiárias	591	1.242
Empresas associadas	18.165	32.212
Empreendimentos conjuntos	4.406.951	508.871
	8.557.590	7.124.299
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(162.167)	(31.890)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(630.281)	(598.391)
	(792.448)	(630.281)
Valor líquido contabilístico:	7.765.142	6.494.018

A rubrica de clientes é constituída, maioritariamente, pelos saldos das seguintes entidades:

Cliente	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE	4,129,714	-
DGITT	366,966	691,163
SDNM-SOC.DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE	287,994	287,994
SIEMENS LIMITED	250,811	-
ACUPM	180,725	151,735
CONSTRUSALAMONDE, ACE	179,645	1,034,016
CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO	114,805	248,336
SGPAMAG, SA	4,325	242,627
CASAI - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.	1,276	297,635
ROHDE NIELSEN A/S	-	928,805
OUTROS	2,248,881	2,611,707
Total:	7,765,142	6,494,018

Na rubrica de Clientes com depósito de garantia (não corrente), é apresentado a 31 de Dezembro de 2013 um saldo que ascende a Euro 1.092.409 (2013: Euro 167.748). Cerca de 70% do saldo deve-se ao contrato executado pela Joint venture Aarsleff-Seth.

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual cujo prazo de libertação das garantias é entre 1 a 5 anos.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(630,281)	(162,167)	-	(792,448)
Total:	(630,281)	(162,167)	-	(792,448)

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente apresenta-se como segue:

Saldo	(valores em euros)								
	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Clientes	4,730,217	393,694	262,542	482,043	250,155	202,700	298,195	1,145,596	7,765,142

10 Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Fornecedores Gerais	2,582,326	91.185
Valor líquido contabilístico:	2,582,326	91.185

O saldo verificado em 31 de Dezembro de 2014 respeita maioritariamente a fornecedores do contrato executado pela Joint Venture Aarsleff-Seth.

11 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Activo		
IVA reembolsos pedidos	37,498	138.035
IVA a recuperar	25,920	100.803
Imposto sobre o rendimento	146,216	98.274
IVA a recuperar (Sucursais)	562,946	467,832
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	36,526	51,699
Outras tributações	80,108	87,249
Total:	889,214	943.892
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	152,097	141.693
Contribuições para a Segurança Social	78,470	88.689
Retenções de imposto sobre o rendimento	60,532	74.952
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	286,527	94,653
Contribuições para a Segurança Social (Sucursais)	1,993	293
Outras tributações (Sucursais)	126,688	127,072
Outras tributações	29,083	105,157
Total:	735,390	632.509

12 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Outros devedores	5,296,224	2.570.261
Grau Acabamento	1,552,510	686.882
Outros acréscimos rendimentos	2,412,866	2.438.550
	9,261,600	5.695.693
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-	-
Imparidade de períodos anteriores	(370.631)	(370.631)
	(370.631)	(370.631)
Valor líquido contabilístico:	8,890,969	5.325.062

O valor apresentado em Outros devedores tem como valores mais significativos as dívidas dos empreendimentos conjuntos, GMP ACE e GPM MEK, e da sucursal de Moçambique.

Esta rubrica inclui ainda Euro 251.750 (2013: Euro 261.751), que de acordo com a deliberação do Conselho de

Administração datada de 27 de Janeiro de 2012, se refere a adiantamentos efectuados ao Administrador Eng. Ricardo António Pedrosa Gomes

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, conforme respectivos autos de medição dos gastos incorridos e para as quais não foi emitida a respectiva factura.

Obra	Grau Acabamento €
Salamonde ACE, EDP	110.428
EDAP Lot 2, EDM	72.122
EDAP Lot 4, EDM	73.986
EDAP Lot 5, EDM	75.046
EDAP Lot 7, EDM	95.006
EDAP Lot 8, EDM	85.191
Quay, Enacol CV	169.396
Moz Power Grid Distribution	562.985
EFACEC Subcontract	45.466
Sheetpiling, Mondego	4.000
EDM 33Kv	203.163
APL, Barreiro	55.722
Total:	1.552.510

A rubrica de outros acréscimos de rendimentos inclui essencialmente o montante de Euro 1.520.550 relacionado com a obra que se encontra a decorrer em Gibraltar.

13 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2014	31-12-2013
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros liquidados	39,456	188
Outros gastos a reconhecer	87,325	350.299
Total:	126,781	350.487
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Grau de Acabamento	246,892	857.237
Juros	427,867	427.035
Garantia de Obras	43,542	142.903
Outros rendimentos a reconhecer	3,868	122.012
Total:	722,169	1.549.187

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente.

Obra	Grau Acabamento €
Caissons, Gibraltar	135,522
Ponta de Gafa, APA	70,313
Curtain EDP	410,576
Total:	246,892

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

A rubrica garantia de obras respeita ao montante estimado pela SETH do rédito por reconhecer derivado dos gastos a incorrer pela prestação de trabalhos adicionais para fazer face a garantias contratuais das obras concluídas e em curso.

14 Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Activos financeiros (acções)	20.116	20.800
Total:	20.116	20.800

O saldo da rubrica compreende essencialmente as acções da LISGARANTE que se encontram registada pelo seu valor de mercado na data do balanço.

15 Activos não correntes detidos para venda

Após a conclusão do processo de legalização das quatro fracções, propriedade da Empresa, situadas na Rotunda Nuno Rodrigues dos Santos, Portela de Sacavém, a Administração pôde iniciar o processo de alienação. Em Junho de 2014, os referidos imóveis foram colocados à venda, por intermédio de uma mediadora imobiliária, com um preço associado de 500.000 euros.

Neste momento, decorrem negociações (em fase final) com um potencial comprador pelo que é expectativa da Empresa a venda dos imóveis durante o ano de 2015.

16 Capital realizado

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2014.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 a estrutura accionista da Empresa, é como segue:

Descrição	(número de acções)	
	31-12-2014	31-12-2013
MT Højgaard a/s	2.400.000	2.400.000
Operatio SGPS SA	1.600.000	1.600.000
Total:	4.000.000	4.000.000

17 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

18 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Outras Reservas	(197,542)	(117.648)
Total:	(197,542)	(117.648)

O saldo compreende essencialmente ajustamentos cambiais havidos com as sucursais e com a subsidiária Sethangola.

19 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados inclui a aplicação do resultado líquido do período de 2013 no montante da Euro 707.617 e a diferença cambial resultante da conversão cambial dos resultados dos anos anteriores das sucursais.

20 Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(47,117)	(61.483)
Outros	-	-
Total:	(47,117)	(61.483)

21 Outras variações no capital próprio

A rubrica de outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	13,686	37.742
Total:	13,686	37.742

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

22 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	43,865	-	(13,955)	29,910
	43,865	-	(13,955)	29,910

À data de 31 de Dezembro de 2014 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, no montante global de Euro 1.513.000 que é convicção da Administração atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A 31 de Dezembro de 2014 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	15,111,691	13.264.011
- Propostas a Concursos	-	1.402.306
- Serviços adquiridos	62.422	62.422
- Judicial	1,853,660	1.853.660
Total:	17,027,773	16.582.399

As garantias bancárias no montante de Euro 1.853.660 são referentes aos processos judiciais descritos acima.

A empresa não prevê a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

23 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	600,000	1.075.000
Locações financeiras	965,166	1.269.577
	1,565,166	2.344.577
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1,605,000	356.250
Descobertos bancários	558,237	-
Locações financeiras	302,663	310.674
	2,465,900	666.924
Total:	4,031,066	3.011.501

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos e locações financeiras junto do BPI e Santander Totta, com maturidades até 2019. A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	2,163,237	356.250
De 1 a 5 anos	600,000	1.075.000
A mais de 5 anos	-	-
	2,763,237	1.431.250
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	302,663	310.674
De 1 a 5 anos	965,166	1.269.577
A mais de 5 anos	-	-
	1,267,829	1.580.251
Total:	4,031,066	3.011.501

À data de 31 de Dezembro de 2014 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	2.163.237	412.500	162.500	25.000	-	2.763.237
Locações financeiras	302.663	294.310	271.444	271.619	127.793	1.267.829
Total:	2.465.900	706.810	433.944	296.619	127.793	4.031.066

24 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Corrente		
Remunerações a liquidar	544,484	525.896
Credores por acréscimo gastos	917,408	1.065.884
Outros credores	4,086,150	1.908.276
Total:	5,548,042	3.500.056

A rubrica de Outros Credores por Acréscimo de Gastos é, a 31 de Dezembro de 2014, maioritariamente constituída por gastos com as sucursais de Cabo Verde e Gibraltar, de Euro 304.323 (2013: Euro 601.495) e Euro 450.260, respectivamente.

25 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais	3,205,528	6.449.670
Empresa-mãe	15,595	-
Empresas subsidiárias	81,288	1.531
Empresas associadas	-	-
Empreendimentos conjuntos	3,979,904	-
Outras partes relacionadas	-	1.241
Total:	7,282,315	6.452.442

26 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Clientes Gerais	6,524,303	523.562
Total:	6,524,303	523.562

Os valores mais expressivos e que representam 85% do saldo desta rubrica respeitam a adiantamentos efectuados pelo cliente Electricidade de Moçambique (Euro 1.256.020) em contratos quer executados pela SETH quer pela Joint Venture Aarsleff-SETH JV I/S (Euro 4.215.829).

27 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	21,786,675	23.240.966
Serviços secundários	1,327,204	406.394
Total:	23,113,879	23.647.360

As principais obras, para o período de 2014, são como segue:

Job	<i>(valores em euros)</i>	
	2014	2013
Caissons, Gibraltar	6,864,400	-
Mozambique Power Grid	6,917,672	818,179
Salamonde ACE, EDP	2,618,083	4,127,238
Porto Mindelo, Cabo Verde	1,815,455	3,886,713
Siemens, Nacala	1,445,514	-
Quay, Enacol CV	654,397	-
EDM	445,383	-
EDAP	401,351	-
Reabilitação rede distribuição electricidade, Moçambique	297,788	3,632,741
WTP and WWTP, Lajes	228,026	413,956
Recuperação cais, Nova Cimangola	114,514	712,013
Porto Amboim, Angola	-	6,883,954
Radar System Raytheon, Lajes	-	859,585
Frente Tejo	-	746,834
Outras	1,311,296	1,566,147
Total:	23,113,879	23,647,360

28 Subsídios à Exploração

A rubrica de Subsídios à Exploração no montante de Euro 4.782 (2013: Euro 5.977) respeita a subsídios de formação profissional e de estágios profissionais recebidos através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito do QREN.

29 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	2014	2013
Activos fixos tangíveis	3,844	30.728
Total:	3,844	30.728

30 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2014	31-12-2013
Saldo inicial (+)	463,929	466.856
Compras (+)	3,560,213	3.593.353
Regularizações (+/-)	-	-
Saldo final (-)	319,942	463.929
CMVMC	(3,704,200)	(3.596.280)

31 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Subcontratos	9,384,669	5.025.143
	9,384,669	5.025.143
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	1,527,039	5.498.175
Conservação e reparação	468,191	459.902
Honorários	119,365	130.694
Vigilância e segurança	96,451	116.891
Publicidade e propaganda	14,364	8.598
Outros	590	487
	2,226,000	6.214.747
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	98,789	48.686
Material de escritório	22,670	25.900
Artigos para oferta	10,710	17.388
Livros e documentação técnica	1,852	16.417
Outros	68,583	13.442
	202,604	121.833
Energia e fluidos:		
Combustíveis	280,450	1.051.022
Electricidade	49,146	64.807
Água	21,346	11.530
Outros	17,850	17.773
	368,792	1.145.132
Deslocações, estadas e transportes:		
Transportes de mercadorias	235,444	332.251
Deslocações e estadas	247,676	374.294
Transportes de pessoal	5,885	5.677
	489,005	712.222
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	1,343,757	539.870
Seguros	271,915	175.193
Comunicação	87,936	108.518
Limpeza, higiene e conforto	49,371	47.329
Despesas de representação	8,768	18.244
Contencioso e notariado	4,157	2.703
Outros serviços	241,554	376.464
	2,007,458	1.268.321
Total:	14,678,528	14.487.398

O recurso a subempreitadas foi superior em Euro 4.359.526 face ao ano de 2013 justificado pelo contrato executado pela Joint Venture Aarsleff-Seth.

A variação ocorrida na rubrica Rendas e Alugueres deve-se maioritariamente a obras executadas em Moçambique e Gibraltar.

Pelo contrário, a descida do consumo de combustível de 2013 para 2014 foi motivada pela diferente natureza e consequente necessidade de recursos das obras em curso naqueles dois períodos. Em 2013, uma só obra (executada pela SethAngola) contribuiu em metade do valor total daquele ano enquanto as obras em curso em 2014 não tiveram, pela sua natureza, elevados consumos de combustível.

32 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	257,097	265.342
Remunerações do pessoal	4,151,940	3.560.811
Encargos sobre remunerações	697,960	711.091
Indemnizações	3,989	44.792
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	62,323	63.496
Gastos de acção social	-	603
Outros gastos com o pessoal	135,273	83.442
Total:	5,308,582	4.729.577

A variação verificada em outros gastos com pessoal é essencialmente justificada por um acréscimo na contratação da sucursal em Moçambique e da Joint Venture Aarsleff-Seth.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2013 e 2014 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	5	5
Quadros superiores	21	20
Quadros médios	9	9
Chefias intermédias	10	10
Profissionais altamente qualificados	14	14
Profissionais qualificados	30	31
Profissionais semi-qualificados	2	2
Profissionais não qualificados	1	1
Total:	94	94

33 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Rendimentos suplementares	593,716	485.501
Restantes activos financeiros	437,108	607.473
Investimentos não financeiros	109,206	150.701
Ganhos em inventários	102,609	3.927
Descontos de pronto pagamento obtidos	168	7.167
Outros	229,622	178.221
Total:	1,472,429	1.432.990

A 31 de Dezembro de 2014, as cedências de mão-de-obra e aluguer de equipamentos representam quase a totalidade da rubrica rendimentos suplementares.

A rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período.

34 Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Comissões e serviços bancários	618,937	384,704
Impostos	93,017	168,282
Investimentos não financeiros	7,057	31,931
Dívidas incobráveis	21,180	3,588
Outros	158,015	485,454
Total:	898,206	1,073,959

35 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Juros obtidos	6,599	97,898
Outros rendimentos similares	109,661	66,585
Total:	116,260	164,483

36 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Juros suportados	107,915	302,440
Outros gastos e perdas	310,235	863,487
Total:	418,150	1,165,927

Os juros suportados estão relacionados com os empréstimos obtidos mencionados na nota 23.

A redução da taxa de juro permitiu a redução dos encargos suportados.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas reflecte as diferenças cambiais registadas no período.

37 Divulgações de partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Activos		
Subsidiárias	231,961	533,567
Associadas	18,165	4,493
Empreendimentos conjuntos	490,873	604,023
Eng. Ricardo Gomes	251,750	261,751
Total:	992,749	1,403,834
Passivos		
Subsidiárias	1,544	1.524
Associadas	5,011	43.118
Empreendimentos conjuntos	718,948	-
MT Højgaard a/s	-	-
Total:	725,503	44,642

As transacções registadas ao longo do período resumem-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014		31-12-2013	
	GMP ACE	GMP ACE MEK	GMP ACE	GMP ACE MEK
Rendimentos	-	-	(14,959)	-
Gastos	-	-	24,121	1,819
Total:	-	-	9,162	1,819

38 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

(valores em euros)

Descrição	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Descrição Reconhecidos	Total
Gastos	23,526,221	21,222,936	-	44,749,157
Rendimentos/Rédito	25,578,107	24,189,933	(246,892)	49,521,148

39 Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 27 de Fevereiro de 2015.

No início de 2015, o capital da SETH detido por accionistas portugueses (40%) passou de titularidade para a sociedade Approachdetail – SGPS, SA.. A referida transacção mereceu o acordo do accionista maioritário.

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da

SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo consolidado conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas consolidadas, ccom 3 reservas e sem ênfases, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que excepto quanto ao referido na Certificação legal das Contas nos parágrafos 7, 8 e 9:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Sem afectar a nossa conclusão chamamos a atenção para o facto de nos termos do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais é proibido à sociedade conceder empréstimos ou crédito a administradores, efectuar pagamentos por conta deles, prestar garantias a obrigações por eles contraídas e facultar-lhes adiantamentos de remunerações superiores a um mês. A Empresa apresenta um saldo a receber de um administrador no montante de 251.751 euros, situação que nos termos do referido artigo deverá ser regularizada.

Em face do exposto deverá a Assembleia-Geral Anual deliberar sobre:

- O Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2014;
- A proposta de aplicação de resultados consolidados contida no mencionado Relatório de Gestão consolidado.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 18 de Maio de 2015

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (nº 189)

representada por

João Paulo da Silva Pratas (ROC nº 965)

Certificação Legal das Contas Consolidadas



Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 29.931.223 euros e um total de capital próprio de 5.058.028 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.889.096 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 A rubrica de Vendas e Serviços Prestados inclui o montante de 651.000 euros relativos à obra localizada em Salamonde, Portugal, cuja documentação de suporte, nomeadamente, a aceitação formal do cliente, não está de acordo com o preconizado nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), em particular com o disposto na NCRF 20 – Rédito. Nesta base, o resultado líquido negativo do período encontra-se subvalorizado e o activo encontra-se sobrevalorizado nesse montante.

8 A Joint-venture Aarsleff-Seth apresentou contas auditadas reportadas a 30 de Novembro de 2014 tendo o Conselho de Administração da Empresa estimado o rédito e os gastos do mês de Dezembro de 2014 em 1.117.000 euros e 587.000 euros respectivamente. Com base na informação avaliada não nos foi possível concluir que o rédito e os gastos estimados foram efectivamente apropriados e reconhecidos pela Joint-venture pelo que o rédito e os gastos se encontram sobrevalorizados em 1.111.000 euros e 587.000 euros, respectivamente e o resultado líquido negativo do período encontra-se subvalorizado em 530.000 euros.

9 A rubrica de Clientes inclui saldos que totalizam o montante de 274.000 euros que atendendo à sua antiguidade e incerteza quanto à recuperabilidade entendemos que deveriam ser objecto de imparidade. Nesta base o resultado líquido negativo do período encontra-se subvalorizado e o activo encontra-se sobrevalorizado nesse montante.

Opinião

10 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7, 8 e 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 18 de Maio de 2015

**KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (nº 189)**
representada por
João Paulo da Silva Pratas (ROC nº 965)

Certificações



Certificado
Certificate

NÚMERO 2012/CEP.4165
Number

O Sistema de Gestão da Qualidade da
The Quality Management System of

SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL

implementado em obras de construção civil, engenharia portuária e costeira, cravação de estacas, trabalhos de hidráulica fluvial e marítima, estações de tratamento de águas e de águas residuais, cumpre os requisitos da norma
Implemented in the civil construction, Marine, Harbour and Shore protection works, Pile-driving, Hydraulic works, Water and Sewage Treatment Plant, meets the requirements of the standard

NP EN ISO 9001:2008






 José Leitão
CEO

Emitido em 2014-02-18
Date of issue
Válido até 2015-05-17
Valid until



APCER – Associação Portuguesa de Certificação
Edifício de Serviços da Sapanor, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
www.apcer.pt



THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

CERTIFICATE

IQNet and
APCER
hereby certify that the organization
SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL

for the following field of activities
Civil construction, marine, harbour and shore protection works, pile-driving, hydraulic works, water and sewage treatment plants
has implemented and maintains a
Quality Management System
Which fulfils the requirements of the following standard
ISO 9001:2008
Issued on: 2014-02-18
Validity date: 2015-05-17
Registration Number: PT- 2012/CEP.4165




 Michael Drechsel
President of IQNet


 José Leitão
APCER CEO



Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER.

IQNet Partners:
AENOR Spain AFNOR Certification France AIB-Vinçotte International Belgium ANCE-SIGE Mexico APCER Portugal CCC Cyprus
CISQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cro Cert Croatia DQS Holding GmbH Germany DS Denmark
FCAV Brazil FONDONORMA Venezuela ICONTEC Colombia IMNC Mexico INNORPI Tunisia
Inspecta Certification Finland IRAM Argentina JQA Japan KPC Korea MIRTEG Greece MSZT Hungary Nemko AS Norway
NSAI Ireland PCBC Poland Quality Austria Austria RR Russia SII Israel SIQ Slovenia SIRIM QAS International Malaysia
SQS Switzerland SRAC Romania TEST St Petersburg Russia TSE Turkey YUQS Serbia
IQNet is represented in the USA by: APNOR Certification, CISQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.
* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under www.iqnet-certification.com

Seth - Relatório e Contas - 2014

59





Certificado de Conformidade

Certificate of Registration

NÚMERO 2008/SST.0177
Number

APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifica que o **Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho da**
APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifies that the Occupational Health and Safety Management System of

SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

<p>Sede Avenida Tomás Ribeiro, 145 2790-467 Queijas PORTUGAL</p>	<p>Estaleiro Central de Palmela Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela 2950-422 SETÚBAL PORTUGAL</p>
---	---

implementado na coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de protecção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas em Portugal e Ilhas, cumpre os requisitos da norma
implemented in the coordination and execution of civil construction and public works, namely coastal and shore protection works, harbour works, hydraulic works, gas pipelines, reinforced concrete and steel structures and pile-driving in Portugal and Islands, meets the requirements of the standard

OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008

Occupational Health and Safety Management Systems – Requirements / Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho – Requisitos

<p>Data de emissão 2012-09-11 <i>Date of issue</i></p>	<p>Válido até 2015-09-10 <i>Valid until</i></p>
--	---



José Leitão
CEO

Qualquer esclarecimento adicional sobre este certificado pode obter-se consultando a APCER
Any additional clarification concerning this certificate may be obtained by consulting APCER

APCER – Associação Portuguesa de Certificação
Edifício de Serviços da Exponor, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
www.apcer.pt

APCER parceiro da





THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

CERTIFICATE

IQNet and
APCER

hereby certify that the organization

SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

<p>Sede Avenida Tomás Ribeiro, 145 2790-467 Queijas - PORTUGAL</p>	<p>Estaleiro Central de Palmela Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela 2950-422 SETÚBAL - PORTUGAL</p>
---	---

for the following field of activities

Coordination and execution of civil construction and public works, namely coastal and shore protection works, harbour works, hydraulic works, gas pipelines, reinforced concrete and steel structures and pile-driving in Portugal and Islands

has implemented and maintains a

Occupational Health and Safety Management System

Which fulfils the requirements of the following standard

OHSAS 18001:2007

Issued on: 2012-09-11
Validity date: 2015-09-10

Registration Number: PT- 2008/SST.0177



Michael Drechsel
President of IQNet

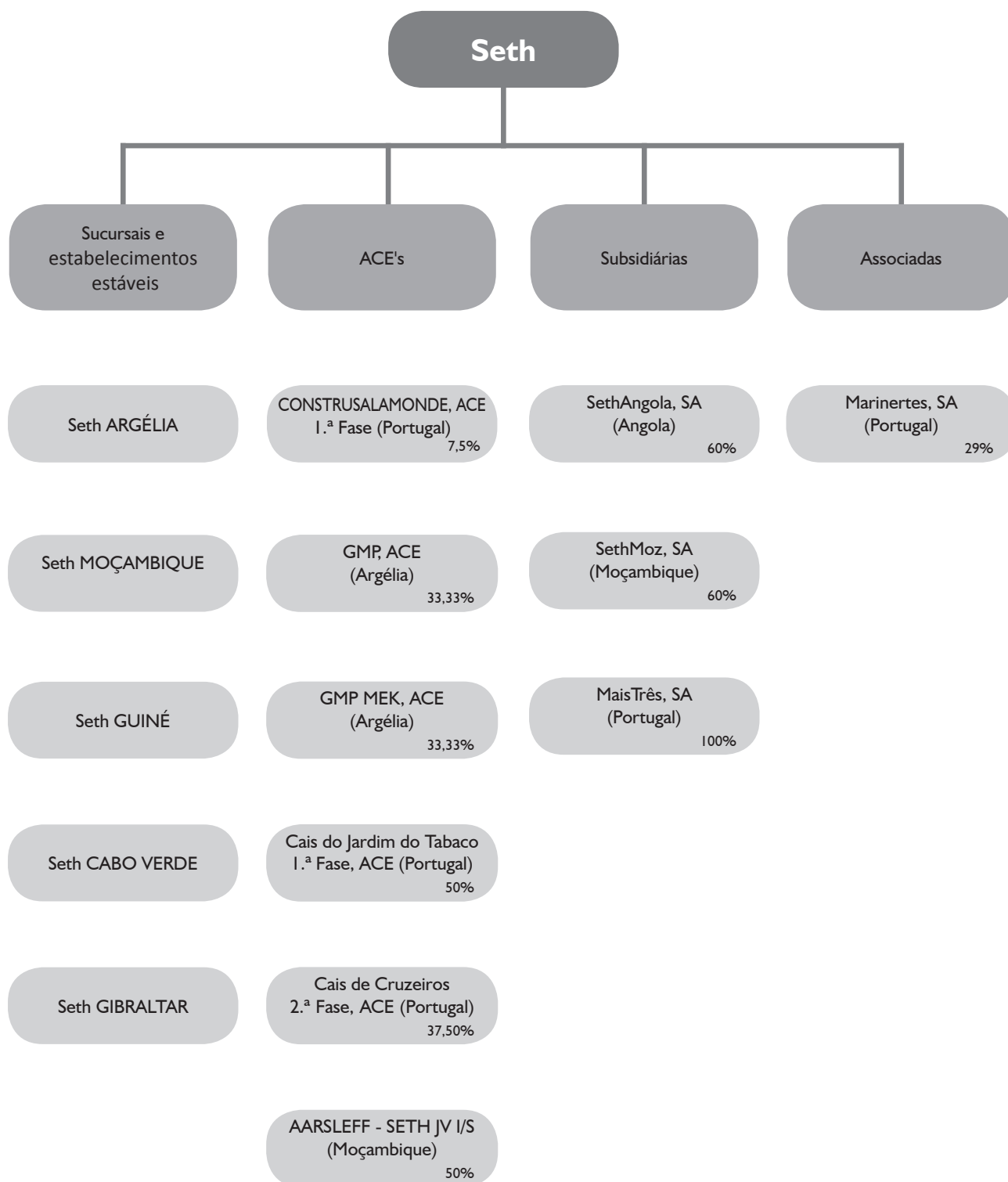


José Leitão
APCER CEO



IQNet Partners*: AENOR Spain AFNOR Certification France AIB-Vinçotte International Belgium ANCE Mexico APCER Portugal CCC Cyprus CISQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cro Cert Croatia DQS Holding GmbH Germany DS Denmark ELOT Greece FCAV Brazil FONDONORMA Venezuela HKQAA Hong Kong China ICONTEC Colombia IMNC Mexico Inspecta Certification Finland IRAM Argentina JQA Japan KPQ Korea MSZT Hungary Nemko AS Norway NSAI Ireland PCBC Poland Quality Austria Austria RR Russia SII Israel SIQ Slovenia SIRIM QAS International Malaysia SQS Switzerland SRAC Romania TEST St Petersburg, Russia TSE Turkey YUQS Serbia
 IQNet is represented in the USA by: AFNOR Certification, CISQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.
 * The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under www.iqnet-certification.com

Organigrama





SETH – RELATÓRIO E CONTAS 2014

Ficha Técnica

Coordenação Editorial: Inácio Beirão

Textos: Seth

Fotografia da capa: Arquivo Seth (Fabrico de caixotões para ampliação do quebramar/cais
situado na parte Noroeste da Península de Gibraltar)

Pré-impressão, design/paginação, impressão e acabamento: Gráfica Sobreirense (Sobreiro, Mafra)



Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS – Portugal
Tel.: +(351) 21 943 14 79
Fax: +(351) 21 943 15 18
seth@seth.pt

ALVARÁ N.º 5
NIPC 500 257 760

www.seth.pt

